

Reflexões sobre o que é ser jovem na América Latina: desafios e possibilidades a partir de um lugar pastoral*

Felipe da Silva Freitas**

Sumario

O presente artigo discute a questão da condição juvenil na América Latina a partir das noções de identidade – participação e reconhecimento destacando as grandes bandeiras de luta da juventude, com destaque para a juventude católica, na

* Artigo produzido a partir da exposição apresentada por ocasião do III Congresso Latino Americano de Jovens, promovido por Conselho Episcopal LatinoAmericano, realizado entre 05 e 10 de setembro de 2010, na Venezuela, na mesa acerca das Iluminações das Ciências Sociais sobre a condição juvenil na América Latina e Caribe. Este texto contou com valiosas discussões feitas com os/as companheiros/as: Solange S. Rodrigues (Iser Assessoria), Wander Torres Costa (Assessoria da PJ da Arquidiocese de Mariana), Raquel Pulita (Comissão Nacional de Assesores/as da Pastoral da Juventude), Hilário Dick s.j. (UNISINOS), Carmem Lúcia Teixeira (Casa da Juventude Pe. Burnier) e Elis Souza (Coordenação Nacional da Pastoral da Juventude). Agradeço a todos/as pelas importantes contribuições e leituras das versões preliminares.

** Felipe da Silva Freitas 23 anos, brasileiro, é bacharel em direito, coordenador da campanha nacional contra a violência e o extermínio de jovens, organizada e promovida pelas Pastorais da Juventude do Brasil, e presidente do Conselho de Juventude do Estado da Bahia. É vinculado ao Grupo de Pesquisa em Criminologia da Universidade Estadual de Feira de Santana onde desenvolve pesquisa sobre políticas públicas, segurança pública, democracia e política criminal.



perspectiva de relacionar tais elementos com os desafios e possibilidades pastorais apresentados no processo de revitalização da Pastoral Juvenil latino-americana.

Palavras chaves: juventude, condição juvenil, identidade, participação, reconhecimento.

Reflexions of being young in Latin America: challenges and possibilities from a ministry

Abstract

This article analyzes the situation of youth in Latin America from different aspects as identity, participation and recognition, emphasizing the great battles of young people, in the perspective to relate such elements with the challenges and opportunities in the process of revitalization of Latin American Youth Ministry.

Key words: Youth Ministry, Identity, Participation, Recognition.



Ao ser convidado para ajudar nesta reflexão pensei que a minha colaboração deveria se situar na fronteira entre minha trajetória pessoal, como militante da Pastoral da Juventude, nascido numa Comunidade Eclesial de Base que busca viver a fé do seguimento a Jesus Cristo a partir do compromisso com os excluídos e excluídas ao lado dos movimentos sociais, e, por outro lado, algumas contribuições de pesquisas recentes produzidas no Brasil (em língua portuguesa) sobre a condição juvenil em nosso continente. A partir destas duas posições apresento algumas reflexões baseadas nas seguintes questões: a) “O que é ‘ser jovem’ na América latina?”; e, b) “Qual seria a agenda da juventude na América Latina?” tentando apresentar uma análise panorâmica da condição juvenil no continente.

1. Um olhar para juventude latino-americana: alguns números e considerações

A juventude é uma parcela expressiva da população desta região significando cerca de 40% do seu contingente populacional, o que representa não só um peso quantitativo no universo demográfico, mas também um importante agente de mudanças, com grande potencial para a aprendizagem de novas tecnologias e inovações, ao lado de profunda sensibilidade às temáticas relativas à transformação social.

Do ponto de vista da participação política e da construção de lutas coletivas cumpre destacar a participação dos/as jovens como parcela expressiva nas lutas por direitos, por cidadania, e, mais recentemente, por políticas públicas. Entendidos/as como “sujeitos de direitos” os/as jovens passaram a ocupar lugar de proponentes, formuladores e fiscais das políticas públicas destinadas ao atendimento das demandas específicas do seu segmento etário, e, ao lado deste movimento, destacam-se na cena pública não só a partir da luta por



direitos, mas também pela luta pela ampliação da própria noção de espaço público ao tempo em que, por outro lado, apresentam novas demandas no campo do meio ambiente, da luta contra o racismo ou da luta pelo consumo consciente.

Tais modalidades de participação (as mais tradicionais e as mais inovadoras) fortalecem a ideia do/a jovem como sujeito potencial do desenvolvimento, da transformação social e da difusão de tecnologias e inovações, justificando que, do ponto de vista da sociedade, se deposite sobre a juventude a responsabilidade de apresentar um discurso de transformação, ora com certo ceticismo – percebido nas insistentes comparações entre os jovens “de ontem” e “jovens de hoje” ou na afirmação: “não se fazem mais jovens como antigamente”, querendo denotar um recuo da participação política juvenil nos últimos anos – ora com constatação do jovem como portador de representações de força e vitalidade, justificando a noção de ousadia como eixo aglutinador de certas práticas sociais juvenis. A ideia do jovem como sujeito do futuro, depositário das expectativas de mudança e transformação recorta os mais variados estratos sociais.

2. A formulação de demandas e as grandes bandeiras unificadoras: reconhecimento, identidade e participação

A população com idade entre 15 e 30 anos nos países que compõem a América Latina e o Caribe nasceu entre 1980 e 1995, ou seja, a população que nasceu entre o fim do período de ditaduras que devastou a região e o ápice do modelo neoliberal, que aprofundou as desigualdades sociais e promoveu grandes transferências dos bens públicos para o controle da iniciativa privada. Trata-se de um segmento populacional que se identifica pela sua diversidade. “Um complexo caleidoscópio no qual fatores sociais produtores de desigualdades e recortes produtores de diferenças se combinam, produzindo distintos graus de vulnerabilidades.”¹

São jovens indígenas, negros e brancos. Jovens imigrantes e filhos de segunda e terceira geração de imigrantes oriundos da Europa e

¹ NOVAES, Regina; VITAL, Christina. A Juventude de hoje: (re) invenções da participação social. In: THOMPSON, Andrés A. (org.). Associando-se à juventude para construir o futuro. São Paulo: Peirópolis, 2005, p. 111.

da Ásia, situados nos nossos países. Jovens vivendo no campo e na cidade e com opções e vivências profundamente variadas. Tratam-se de realidades diversas seja do ponto de vista geográfico, seja do ponto de vista cultural, que se reflete, por exemplo, nas variações em níveis de escolaridade entre os países, variações entre os índices de emprego e empregabilidade, ao lado de variações quanto a oferta de saúde pública de qualidade etc..

Por outro lado, os países que integram a América Latina são, em maior ou menor grau, afetados pelo avanço do neoliberalismo e pelo fortalecimento das lógicas individualistas e/ou pela diminuição da noção de espaço público.

Problemas como desemprego, precarização das condições de trabalho juvenil, desigualdades étnico-raciais, desigualdade de gênero, a violência letal - expressa de várias formas desde o suicídio juvenil vivido em algumas comunidades tradicionais e em setores médios da juventude até a morte causada por violência física, notadamente as mortes por homicídio e as mortes causadas por acidentes de trânsito -, problemas referentes aos níveis de escolarização com destaque para o ensino profissional e para a questão do acesso à universidade, questões relativas à saúde, especialmente ligadas à saúde sexual e as doenças sexualmente transmissíveis e as temáticas relativas à família seja na relação com os pais, seja no que tange à questão dos/as jovens como novos/as chefes de família representam questões importantes em toda a região no que se refere ao tema da condição juvenil latino-americana:

No âmbito mundial, é a presente geração que experimenta – justamente por ser jovem – mais intensamente as novas maneiras de estar no mundo, vivenciando as novas conexões entre tempo e espaço e a disseminação das novas tecnologias de informação e comunicação. Os múltiplos usos do telefone celular, a socialização na cultura digital, enfim, o acesso – ainda que desigual e diferenciado – à internet fazem parte desta inédita experiência geracional. É também esta a geração juvenil que vive de maneira mais generalizada os medos advindos dos riscos ambientais que ameaçam a humanidade. Assim como é a presente geração juvenil que experimenta na pele as con-



seqüências das rápidas e incessantes mudanças tecnológicas que transformam o mundo do trabalho, que provocam novos fluxos migratórios e que impõem novas e criativas estratégias de inserção social e produtiva.

Nos países da América Latina, a esse quadro internacional, além das contradições resultantes da combinação entre histórias recém-passadas de governos autoritários, das dificuldades de combater a corrupção endêmica até mesmo após as transições democráticas, dos efeitos de políticas neoliberais econômica e socialmente desagregadoras, os jovens desta geração juvenil são também diretamente atingidos pela perversa combinação entre a truculência do tráfico de drogas ilícitas, a intensificação do comércio de armas e a corrupção e a violência policial.²

Assim, perguntar sobre o que é ser jovem na América Latina e Caribe é, decididamente, mergulhar num contexto diverso marcado pela ideia de luta por reconhecimento, por identidade e por participação, três elementos centrais na percepção dos jovens da região sobre suas vivências e necessidades.

a. Juventude como reconhecimento

A noção de juventude como tempo de reconhecimento, ou de luta por reconhecimento e de visibilidade, é um dos traços marcantes da condição juvenil. A busca por “ser compreendido” e “ser enxergado” pela sociedade aparece com força em várias pesquisas sobre a condição juvenil, assim como a percepção da juventude como segmento social específico é sempre associada ao produto de uma luta política por reconhecimento e visibilidade.

Falando da minha experiência pessoal como jovem militante acho importante ressaltar, por exemplo, a luta da juventude brasileira pela constituição de políticas específicas para a conquista dos direitos juvenis³. A constituição de espaços de diálogo e interlocução entre o

² NOVAES, Regina. Prefácio In: CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009, p. 17.

³ Há uma extensa bibliografia sobre a questão da luta por políticas públicas de juventude no

poder público e a sociedade civil, com destaque para a participação dos/as próprios/as jovens é uma grande novidade nos últimos dez anos da política no Brasil.

Como resultado deste movimento juvenil de luta por reconhecimento temos no Brasil grandes novidades, como a realização de uma Conferência Nacional para discutir os direitos da juventude, a existência de um Conselho Nacional formado por representantes da sociedade civil e do poder público para acompanhar as políticas dirigidas à juventude⁴ e, mais recentemente, o reconhecimento constitucional dos jovens como sujeitos de direitos e da juventude como segmento social específico na elaboração das políticas públicas. Em outras palavras, a luta para ser reconhecido, seja do ponto de vista das relações cotidianas com os outros jovens e com os adultos, seja do ponto de vista da relação com o Estado, marca decisivamente a ideia de condição juvenil na América Latina.

b. Juventude como luta pela identidade

Uma segunda questão diz respeito à luta pela identidade, ou, pelas várias identidades postas em disputa no universo juvenil. “Ser jovem”, identificado como sujeito singular portador de direitos e possibilidades, é uma constante marca na trajetória dos jovens latino-americanos. A possibilidade de ser tratado em suas especificidades e de ter respeitadas as suas orientações pessoais e coletivas é uma questão importante para a marcação da condição juvenil.

Temáticas como a dos jovens indígenas, das jovens mulheres, da juventude negra, dos/as jovens do campo e da juventude das religiões de matriz africana delineiam agrupamentos e formam pautas políticas específicas que interferem nas agendas públicas do segmento juvenil e alcançam conquistas im-

Brasil. Como referência indicamos: FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento., Brasília: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007; NOVAES, Regina Célia Reys; CARA, Daniel Teixeira; Silva, Danilo Moreira da; PAPA, Fenanda de Carvalho. Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas. Conselho Nacional de Juventude e Fundação Friedrich Ebert, 2006 e CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Brasília: Ipea, 2009.

⁴ Sobre a I Conferência e sobre o Conselho Nacional de Juventude ver: www.juventude.gov.br



portantes no que tange à tradução da luta por identidade dos segmentos sociais excluídos em termos de políticas públicas.

No caso dos jovens negros e indígenas ou das jovens mulheres, por exemplo, é reiterada a reivindicação de ações estatais na perspectiva de construção de políticas públicas específicas voltadas a estes segmentos juvenis. Decorrência de uma trajetória histórica marcada pelo tráfico de escravos da África e do genocídio dos povos originários, os países da América Latina e Caribenha assentaram a sua economia e suas bases culturais na negação do direito à identidade destes grupos indígenas e afro-latinos constituindo uma sociedade altamente machista, sexista e racista com sérias desigualdades étnico-raciais e de gênero, que ensejam políticas de ações afirmativas destinadas para negros, indígenas e mulheres, com destaque para o segmento juvenil em cada um desses grupos.

Mais uma vez, recorrendo a um olhar mais pessoal sobre esta realidade, penso que é importante ressaltar a organização dos grupos juvenis ligados à questão racial como o caso do Fórum Nacional de Juventude Negra do Brasil que articula centenas de entidades de luta anti-racista na perspectiva de, a partir do recorte geracional, denunciar o racismo e lutar por políticas que superem as desigualdades raciais, ou, da ação das jovens feministas organizadas na luta contra a violência doméstica praticada por familiares ou por seus companheiros.

574

c. Juventude e a luta por participação

Uma terceira questão diz respeito à luta por participação juvenil, entendida como a expressão dos interesses da juventude nas decisões coletivas e a possibilidade de interlocução nas questões de lhe digam respeito. Sobre este assunto a juventude tem reagido, tanto nas questões ligadas aos grupos a que pertencem, como Igrejas, sindicatos, associações esportivas, como participando da construção das políticas públicas ou da escolha dos governos.

Em ambas as hipóteses a dimensão da luta por interferência nas decisões coletivas aparece como questões significativas para a formação do universo juvenil latino americano. Os jovens latino-americanos e caribenhos vêm-se cercados pelas práticas autoritárias

disseminadas no conjunto das sociedades e pela ideia de democracia como um valor incipiente e pouco arraigado na cultura dos países.

Sobre este assunto é interessante destacar, a título de exemplo, o quanto tem sido significativo para os jovens católicos a luta por maiores espaços de interlocução com o clero e com os adultos que atuam como agentes de pastoral. Para nós, militantes das Pastorais da Juventude, a possibilidade de diálogos fraternos e constantes com o clero e com os demais agentes da Igreja constitui uma grande reivindicação, parte importante da nossa compreensão do que seja o nosso espaço dentro da evangelização.

É importante destacar que a relação entre jovens e adultos na Igreja – seja entre os adultos do clero ou entre os adultos leigos – é uma relação marcada por tensões, dores e incompreensões. Muitas vezes, os/as jovens são afastados/as dos espaços de decisão na comunidade eclesial, são invisibilizados/as como segmento específico da evangelização e, sobretudo, são vistos/as apenas como realizadores de tarefas e não como sujeitos da própria história ou, numa tradução teológica, não se reconhece o/a jovem como lugar teológico, ou seja, como lugar de manifestação de Deus como afirma o documento sobre Evangelização da Juventude da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.⁵

Em outras palavras, podemos dizer que, assim como em outros espaços, nesta relação entre jovens e adultos na Igreja temos em disputa uma luta por reconhecimento, identidade e participação dos/as jovens doados/as ao serviço pastoral.

⁵ “Considerar o jovem como lugar teológico é acolher a voz de Deus que fala por ele. A novidade que a cultura juvenil nos apresenta neste momento, portanto, é sua teologia, isto é, o discurso que Deus nos faz através da juventude. De fato, Deus nos fala pelo jovem. O jovem, nesta perspectiva, é uma realidade teológica, que aprender a ler e a desvelar. Não se trata de sacralizar o jovem, imaginando-o como alguém que não erra; trata-se de ver o sagrado que se manifesta de muitas formas, também na realidade juvenil. (...) Dizer que, para a Igreja, a juventude é uma prioridade em sua missão evangelizadora, é afirmar que se quer uma Igreja aberta ao novo, é afirmar que amamos o jovem não só porque ele representa a revitalização de qualquer sociedade mas também porque amamos, nele, uma realidade teológica em sua dimensão de mistério inesgotável e de perene novidade.” CNBB, Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas, doc. 85, n. 81. Sobre este temática do olhar teológico do jovem também merece destaque o livro: DICK, Hilário. *O Divino no jovem: elementos teológicos para a evangelização da cultura juvenil*. São Paulo: CCI, 2009.



4. Reconhecimento, identidade e participação como questões do universo juvenil latino americano

Tais temas da luta por reconhecimento, identidade e participação compõem algumas questões que configuram demandas, valores e necessidades do universo juvenil, encetando uma agenda da juventude da América Latina e do Caribe.

A agenda da juventude de nossos países passa por três eixos: ser reconhecido como sujeito, podendo ter suas necessidades respeitadas; ser respeitado nas suas várias identidades: jovem negro, as jovens mulheres, as jovens indígenas etc.; participar das questões que lhe digam respeito, poder construir as políticas que lhe atendam, poder interferir nas decisões sobre as instituições das quais participam e às quais se vinculam etc.

Sobre este tema três textos importantes nos ajudam na reflexão: o recém publicado “Livro das Juventudes Sulamericanas”, resultado do projeto Juventudes Sul-Americanas: diálogos para a construção da democracia regional, editado pelo IBASE; a publicação “Associando-se à juventude para construir o futuro”, editada pela Fundação Kellogg e “Carta da Bahia” produzida em maio de 2010 pelas delegações de jovens e adultos de 29 países das Américas durante a etapa preparatória da Conferência Mundial de Juventude.

A partir das conclusões destes documentos e, sobretudo, a partir da observação e diálogo com as reivindicações da juventude organizada é possível falar em elementos constitutivos de uma agenda da juventude latino-americana e caribenha centrados na luta por:

- políticas e marcos jurídicos que institucionalizem os direitos da juventude como segmento social específico e plural;
- combate às desigualdades sociais e a todas as formas de discriminação e preconceito;
- acesso à educação formal, ao emprego, a saúde e a cultura; e
- direito a uma vida segura, com redução das mortes de jovens por causas externas.



Tendo em vista os limites deste artigo destacarei a quarta questão refletindo, a luz da minha experiência pessoal como militante da Pastoral da Juventude no Brasil, sobre a questão do direito à vida segura que me parece um dos elementos centrais entre demandas juvenis da nossa região.

O direito à vida, a possibilidade de andar com segurança em sua comunidade, o direito ao tempo livre e às oportunidades de lazer e diversão no espaço público e as experiências coletivas resguardadas da ameaça da violência física de aparelhos estatais ou de grupos criminosos consiste num grande sonho das juventudes, especialmente das juventudes empobrecidas.

Pensando sobre o caso do Brasil, que seguramente se reproduz em outros países da América Latina e do Caribe, temos dados de violência letal de jovens que se assemelham aos dos países em guerra. Segundo dados oficiais publicados no editorial do *Le Monde Diplomatique* – Brasil do mês de agosto, nos últimos três anos foram assassinados mais de 140 mil pessoas no Brasil. Uma média de 47 mil pessoas por ano.

Os assassinatos no Brasil obedecem à escala de 25 assassinatos para cada 100 mil pessoas por ano, índice considerado de violência epidêmica. Apenas para termos uma comparação, nos três anos mais cruéis da invasão do Iraque (2005 – 2007) foram assassinados 80 mil civis, uma média de 27 mil por ano enquanto no Brasil, repita-se a média é de 47 mil por ano.

Além disso, é importante destacar que além das mortes por armas de fogo tem-se ainda as mortes por acidentes de trânsito. Segundo dados da mesma matéria, foram 33 mil mortos em 2002 e 25 mil em 2004 e 2005, novamente com ampla maioria de vítimas jovens.

Este cenário levou os segmentos juvenis organizados falar em extermínio de jovens ou em genocídio da juventude negra. As fortes expressões designam um índice de mortalidade juvenil por causas externas que se concentra entre jovens negros, com idade entre 15 e 24 anos, geralmente oriundos das classes populares e vivendo em situação de pobreza sem acesso a direitos e oportunidades de inserção.



Por outro lado, esse universo da violência contra a juventude é composto não só pelas mortes por causas externas, geralmente associadas à violência física, mas, além disso, pelas modalidades de violência institucional (referindo-se às violências praticadas pelas instituições) e a violência estrutural (referindo-se às violências associadas à estrutura da própria sociedade – o racismo, a desigualdades social, o machismo etc.), muitas vezes difundidas no tecido social e pouco identificadas por olhares menos atentos, seja da militância política ou mesmo no universo das pesquisas e investigações sociais.

Ante essa realidade são significativas as experiências criadas cotidianamente pela juventude na perspectiva de resistir ao avanço da letalidade juvenil, bem como de denunciar as fontes geradoras de violência e propor políticas e ações que combatam a violência e o extermínio de jovens.

Para encerrar, destaco a experiência realizada pelas Pastorais da Juventude do Brasil denominada Campanha Nacional contra a Violência e o Extermínio de Jovens⁶ que me parece uma iniciativa importante dentro do nosso país. Com o slogan “Juventude em Marcha” jovens brasileiros/as das pastorais da juventude tem se articulado com jovens e adultos de outras organizações para afirmar: “Chega de violência e extermínio de jovens”.

A Campanha é uma resposta da organização juvenil à séria temática da violência, baseada na indignação juvenil com a perda precoce dos seus companheiros/as de mesma idade. Inconformados/as com a reprodução de práticas autoritárias por parte das instituições e do próprio estado brasileiro, as juventudes têm recriado formas de participação tendo como grande reivindicação a luta pelo direito mais elementar dos direitos humanos: o direito à vida, o direito à vida segura.

O cenário latinoamericano e caribenho para a juventude é um cenário de medos e desafios, contudo, de grandes sonhos e infinitas esperanças. O desafio da Igreja através daqueles/as que apostam na Utopia de caminharem com Jesus é apostar, cada vez mais, numa

⁶ Maiores informações sobre a Campanha Nacional contra Violência e Extermínio de Jovens ver: www.juventudeemarcha.org



escuta afetiva e efetiva dos clamores juvenis como bem nos ensina Palavra de Deus: “Entonces les abrió la inteligencia para que comprendieran la Escritura”.

Referências

CACCIA-BAVA, Silvio. As muitas violências. *Le Monde Diplomatique Brasil*, Agosto/2010.

CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009.

CNBB, Evangelização da Juventude – Desafios e Perspectivas, doc. 85. DICK, Hilário. *O Divino no jovem: elementos teologais para a evangelização da cultura juvenil*. São Paulo: CCJ, 2009.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). *Conselho Nacional de Juventude: natureza, composição e funcionamento*, Brasília: CONJUVE; Fundação Friedrich Ebert; Ação Educativa, 2007.

NOVAES, Regina Célia Reys; CARA, Daniel Tejeira; Silva, Danilo Moreira da; PAPA, Fenanda de Carvalho. *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. Conselho Nacional de Juventude e Fundação Friedrich Ebert, 2006.

NOVAES, Regina. Prefácio In: CASTRO, Jorge A.; Luseni C. de A.; ANDRADE, Carla C. (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Ipea, 2009, p. 15 – 22.

NOVAES, Regina; RIBEIRO, Eliane (org.). *Livro das Juventudes Sul-americanas*. Rio de Janeiro: IBASE, 2010.

NOVAES, Regina; VITAL, Christina. *A Juventude de hoje: (re) invenções da participação social*. In: THOMPSON, Andrés A. (org.). *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

ONU – Organização das Nações Unidas. *Carta da Bahia*. Maio/2010. Disponível em: www.juventude.gov.br